A DINÂMICA DAS PAIXÕES NA ECONOMIA: ESTADO, COMÉRCIO E REGULAÇÃO DOS AFETOS

Rogerio Soares Mascarenhas[1]

Resumo: Entre os ensaios humeanos sobre a economia, publicados em 1752 como parte dos discursos políticos e conhecidos também como ensaios morais políticos e literários, a teoria da sociedade refinada se destaca pelo fato da concepção da sociedade luxuosa permitir uma observação acurada do dinamismo próprio da economia. O ensaio sobre o refinamento satisfaria também duas exigências centrais da filosofia humeana: o projeto de edificação de uma ciência elaborada no intuito de compreender, através da observação "do curso habitual do mundo" (HUME, 2000, p. 24), os fenômenos específicos do campo econômico, e a necessidade de inclusão da economia na denominada "ciência geral do homem" (HUME, 2000, p. 23), preenchendo assim a necessidade esboçada no prefácio do tratado da elaboração de uma ciência geral da natureza humana[2], considerada capital e ponto de convergência obrigatório das demais.

Palavras-chave: Filosofia, refinamento, paixões, ciência da natureza humana.

Abstract: Among the humean essays on the economy, published in 1752 as part of political speeches and also known as essays moral political and literary, the theory of the refined society stands out, because the design of luxury society allow an accurate observation of the dynamism of the economy. The essay on the refinement would satisfy two central requirements of humean philosophy: the project of building an elaborate science in order to understand, via "the usual course in the world" (HUME, 2000, p. 24), field-specific economic phenomena, and the need for inclusion of the economy in the so-called "General Science of man" (HUME, 2000, p. 23), filling the need outlined in the preface of the Treaty to draw up a general science of human nature considered capital and mandatory point of convergence from the other.

Keywords: Philosophy, refinement, passions, science of human nature.

[1] Mestre –UFBA. Professor da UESB

[2] "Eis, pois, o único recurso capaz de conduzir nossas investigações filosóficas ao sucesso: abandonar o método moroso e entediante que seguimos até agora, e, ao invés de tomar vez por outra, um castelo ou aldeia na fronteira, marchar diretamente para a capital ou centro dessas ciências, para a própria natureza humana; estando nós de posse desta, podemos esperar uma vitória fácil em todos os outros terrenos [...]. Não existe nenhuma questão importante cuja decisão não esteja compreendida na ciência do homem; e não existe nenhuma que possa ser decidida com alguma certeza antes de conhecermos essa ciência" (HUME, 2000, p. 21-22).

Entre os ensaios humeanos sobre a economia, publicados em 1752 como parte dos discursos políticos e conhecidos também como ensaios morais políticos e literários, a teoria da sociedade refinada se destaca pelo fato da concepção da sociedade luxuosa permitir uma observação geral do dinamismo próprio da economia. O ensaio sobre o refinamento satisfaria também duas exigências centrais da filosofia humeana: o projeto de edificação de uma ciência elaborada no intuito de compreender, através da observação "do curso habitual do mundo" (HUME, 2000, p.24), os fenômenos específicos do campo econômico - exigência que por vezes parece ser falsamente acessória pelo fato de Hume considerar a economia como ciência relativa à ciência política, esta de caráter mais geral tendo como objeto os homens enquanto unidos em sociedade - e a necessidade de inclusão da economia na denominada "ciência geral do homem" (HUME, 2000, p. 23), preenchendo assim a necessidade esboçada no prefácio do tratado da elaboração de uma ciência geral da natureza humana[3], considerada capital e ponto de convergência obrigatório das demais.

O ensaio acerca da concepção da sociedade refinada poderia comparar-se a um caleidoscópio, onde as paixões, assim como as cores, mesclar-se-iam em um conjunto singular de matizes. Assim como as cores e suas respectivas nuances, alguns afetos predominariam nesta complexa composição: o desejo pelo prazer, a inclinação à ação e um instinto ou élan vital, denominado "a marcha alerta dos espíritos" (HUME, 2000, p. 194), objeto de todas as paixões, onde se fundiriam ação e prazer. É notadamente a partir da composição destes e de inúmeros afetos secundários bem como do impacto sobre os mesmos de

[3] "Eis, pois, o único recurso capaz de conduzir nossas investigações filosóficas ao sucesso: abandonar o método moroso e entediante que seguimos até agora, e, ao invés de tomar vez por outra, um castelo ou aldeia na fronteira, marchar diretamente para a capital ou centro dessas ciências, para a própria natureza humana; estando nós de posse desta, podemos esperar uma vitória fácil em todos os outros terrenos [...]. Não existe nenhuma questão importante cuja decisão não esteja compreendida na ciência do homem; e não existe nenhuma que possa ser decidida com alguma certeza antes de conhecermos essa ciência" (HUME, 2000, p. 21-22.

fatores históricos diversificados que os demais fundamentos que compõem a teoria econômica de Hume são desenvolvidos no transcurso dos escritos denominados de "econômicos".

Tendo em vista o tema da composição das paixões como questão que, ainda que indiretamente, está presente em todos os ensaios econômicos, é relevante notar no ensaio sobre o refinamento o tratamento dispensado a outro ponto: a necessidade de uma certa harmonização dos afetos, tema que aparece esparsamente ao longo dos ensaios.

No ensaio sobre o refinamento das artes, o problema do equilíbrio dos desejos é desenvolvido no transcurso de um parágrafo e, aparentemente, é destituído de maior relevância, já que Hume objetiva enumerar ali os efeitos benéficos do refinamento tanto na esfera pública como na privada[4].

No intuito de provar os referidos efeitos do luxo, as paixões são comparadas a ingredientes distintos, combinadas em certa medida de maneira homogênea, resultando em uma composição de teor agradável, causa da felicidade humana. A felicidade seria o efeito de um equilíbrio "relativo" de uma composição formada por três instintos: a ação, o prazer e a indolência, combinados em proporções bastante variáveis, segundo "a disposição particular da pessoa" (cf. HUME, 1980, p.194).

O cotejamento feito das paixões com ingredientes que devem ser combinados em diferentes proporções no ensaio enseja a análise de outra questão relacionada à harmonia das paixões: a regulação dos desejos. Não seria forçoso alinharmos os temas (equilíbrio e regulação) como os que figuram entre os centrais de seus ensaios, permeando toda a teoria econômica do filosofo escocês.

[4] "A felicidade humana, conforme a maioria das idéias aceitas, parece consistir em três ingredientes: ação, prazer e indolência. Embora esses ingredientes devam ser combinados em diferentes proporções, conforme a disposição particular da pessoa, nenhum ingrediente pode estar completamente ausente, sem destruir em alguma medida o sabor de toda a composição" (HUME, 1980, p.194).

Os fundamentos e justificação da teoria econômica de Hume se encontram no *Tratado da natureza humana* (HUME, 2000), pois dependem do desdobramento de várias questões analisadas ao longo de toda a obra. Estas possibilitam uma compreensão acurada dos fenômenos denominados "econômicos". Uma delas é a de que a natureza humana é composta por princípios – as paixões – que atuam de modo regular e uniforme, propiciando uma regularidade equivalente na conduta.[5] Porém, a uniformidade e fixidez dos princípios sobre a conduta é acompanhada da influência de fatores externos de natureza variável, desde fatores geográficos, como tempo e clima, até os "produtos" do artifício, como fatores sócio-políticos e culturais.

A partir da união da necessidade, própria da uniformidade dos princípios, e da contingência, característica dos elementos externos, delineia-se o quadro seguinte: Há instintos, inclinações e afetos, componentes primários da natureza humana, que atuam de maneira uniforme; há, por sua vez, fatores externos de natureza variável capazes de efetivar, retrair, ou expandir tais desejos.[6]

Não descurando do tema, objeto de investigação do livro II do Tratado, e dos seus desdobramentos, os escritos econômicos de Hume irão nortear-se tendo sempre em vista a regularidade de incidência sobre as ações destes "impulsos naturais ou instintos, inteiramente inexplicáveis" (HUME, 2000, p. 475), ocorrendo o mesmo em respeito à influência dos fatores contingentes externos – temporais e geográficos, políticos e sociais – capazes de embotar, expandir, modular as inclinações.

---

[5] "Quer consideremos os homens segundo suas diferenças de sexo, idade, governo, condição ou método de educação, podemos discernir a mesma uniformidade e regularidade na operação dos princípios naturais. Causas semelhantes sempre produzem efeitos semelhantes, do mesmo modo que na ação mútua dos elementos e poderes da natureza.

Diferentes árvores produzem regularmente frutos de sabores diferentes [...]. Mas serão os produtos de *Guienne* e de *Champagne* mais regularmente diferentes que os sentimentos, ações e paixões dos dois sexos, dos quais um se distingue por sua força e maturidade, e o outro por sua sutileza e suavidade?" (HUME, 2000, p. 437).

[6] "A uniformidade marca dos princípios da natureza humana – a associação de idéias, o hábito, as paixões – [...] esses princípios, conforme as circunstâncias exteriores encontradas pelo homem em sua vida concreta, podem dar origem a um desenvolvimento maior ou menor de tendências e características humanas diferentes, e até opostas" (MONTEIRO, 1975, p. 35).

No Tratado um dos exemplos flagrantes do tema da modulação dos afetos a partir de fatores externos é a criação do governo. Este se faz urgente a fim de curar a "estreiteza da alma humana" (HUME, 2000, p. 576) que faz com que os homens "proporcionem seus afetos mais à perspectiva pela qual um objeto lhes aparece que a seu valor real e intrínseco" (HUME, 2000, p. 573 -74).

É somente o estado que é capaz de amenizar as nocivas conseqüências da influência da imaginação sobre os afetos, que faz com que sejamos seduzidos pelo valor aparente dos objetos das nossas paixões e desprezemos seu valor real. Situação indesejada por tornar imprópria a convivência entre os homens e, com isso, impossível suas ações na sociedade, incluindo nelas todas as formas de atividade e intercâmbios comerciais.

A urgência do artifício do governo a fim de "curar" a estreiteza de alma proveniente da inclinação da imaginação pelo contíguo é ressaltada ainda mais na seção VIII – *Da fonte da obediência civil* –, devido a uma particularidade na situação dos objetos do desejo presente nas sociedades mais complexas.

É verdade que os homens mostram-se sempre muito inclinados a preferir o interesse presente ao distante e remoto; não lhes é fácil resistir à tentação de uma vantagem da qual podem gozar imediatamente, pela apreensão de um mal que ainda está longe. Mas essa fraqueza é menos manifesta quando os bens e os prazeres da vida são poucos e de pouco valor, como sempre ocorre na infância da sociedade (HUME, 2000, p. 578).

A autoridade do governo passa a ser essencial quando as riquezas da sociedade e dos particulares, obtidos seja por guerras ou pelo progresso do comércio, se multiplicam (cf. HUME, 2000, p. 578 -9)

No Tratado o governo é o recurso final utilizado para regular o ímpeto das inclinações, garantindo o cumprimento da justiça e das leis relativas à estabilidade da propriedade; por isto, essencial para assegurar certas condições que possibilitarão o surgimento da economia. Assim, a partir da concepção do

papel do governo, o estado configura-se como um fator de modulação dos instintos em uma sociedade como a refinada, impulsionada pela lógica e o dinamismo das relações comerciais, conquanto sua função de regulação pareça, pelo menos à luz do exposto no Tratado, limitar-se apenas a coerção dos instintos.

Independente da função do governo estabelecida no Tratado, um segundo fator distinto de regulação das afecções é apresentado nos ensaios – o comercio. O conceito de comercio é, de certa forma, exclusivo dos ensaios econômicos. O que difere este no mecanismo de regulação em relação ao promovido pelas instituições nucleares da sociedade, como família, escola e governo; é que, embora estes, a seu modo, também o façam, a modulação do comercio parece tender muito mais para a expansão do que para a contenção dos desejos, ao contrário do que parece ocorrer nos demais (cf. HUME, 2000, p. 576-7).

Percorrer os desdobramentos da atividade comercial nos ensaios através da história da origem e progresso do comércio é observar as diversas nuances que o tema da modulação das inclinações assume, tema exposto no ensaio sobre o refinamento através da alegoria de uma composição um tanto uniforme, formada por três ingredientes (cf. HUME, 1980, p. 194).

É desnecessário pontuar aqui, na história, o momento preciso da origem do comércio. Os efeitos deste serão flagrantes na medida em que a atividade comercial ganhar extensão e complexidade. A atividade do comércio é possível graças aos comerciantes, "uma das mais úteis classes de homens, que servem como agentes entre aquelas partes do estado que são totalmente desconhecidas e ignorantes das necessidades umas das outras." (HUME, 1980, p. 211). O comerciante, um "benfeitor comum" (HUME, 1980, p. 212), é aquele indivíduo que basicamente supre os desejos humanos.

À medida que cresce o comércio há uma crescente dificuldade de intercambio e agenciamento, fruto da concorrência, tornando este bem mais

complexo. Com isso, a atividade comercial gradualmente irá dividir-se, subdividir-se (cf. HUME, 1980, p.211), apresentando uma vasta gama de objetos de desejo dos afetos. É assim que o fenômeno do comércio desperta gradativamente, conquanto não crie desejos.

Contudo, a influência do comércio sobre as paixões não se limita a produzir inúmeras afecções derivadas do prazer da gratificação dos sentidos pelos objetos do consumo. Um dos papeis fundamentais do comércio, além de despertar e efetivar possíveis (cf. DELEULE, 1979, p. 32), tomando a expressão cunhada por Didier Deleule, é direcionar desejos.

Dentre as paixões, está o primeiro dos três ingredientes que compõem a felicidade humana: a inclinação à ação. A análise deste impulso primário, um élan cego, "suscetível de manifestar-se nas mais diversas direções" (DELEULE, 1979, p. 25), assumindo múltiplos contornos, encontra-se na última seção do livro II do Tratado, *Da curiosidade ou amor da verdade.*

A necessidade por ação, assim como outras afecções, é muito mais do que efetivada com o comércio. Em verdade, ela é direcionada e modulada. O comércio imprime a esta um direcionamento específico, fundamental para a dinâmica da economia. A partir daí ela é reiteradamente direcionada e também estendida; a ponto das atividades "econômicas" poderem ser elencadas como efeitos possíveis desta inclinação primária (cf. DELEULE, 1979 p. 34).

O comercio satisfaz os três requisitos necessários à intensificação do instinto à ação (no comerciante): além da ação da mente e do corpo como o pressuposto básico, já que é esta que fundamenta o prazer, é necessário certo grau de utilidade na ação para a sociedade. A inserção na sociedade através da utilidade do trabalho do comerciante intensifica seu prazer e sustentará ainda mais a afecção. Por sua vez, os lucros provenientes da atividade comercial, principalmente se acompanharem cada esforço de indústria do indivíduo,

fornecerão o terceiro elemento para intensificação do instinto: o sucesso na realização da ação (cf. HUME, 2000, p. 485-6).

Caso freqüentes, os lucros gradualmente incitarão um tipo especial de avareza, pois a ação do avaro deve ser instituída de caráter lucrativo enquanto uma expressão possível da necessidade básica por ação. O aparente fim da paixão do comerciante avaro, o interesse pelo acúmulo de bens e riquezas, ainda que perseguido sofregamente, é tão somente um símbolo de uma ação consumada com sucesso (cf. ROTWEIN, 1970, p. 46). O direcionamento da mesma necessidade por atividade, embora com uma finalidade completamente diversa, é realizado através do fenômeno do consumo.

Especialmente na sociedade refinada, o trabalhador, ao adquirir seus bens como frutos de seu trabalho, independente da fruição que estes proporcionem aos seus sentidos, têm-nos como símbolos de ações úteis e bem sucedidas – a força da sua labuta diária.

Ainda no âmbito do comércio, o consumo flexiona outra paixão no mercado: o orgulho. Além de tornar orgulhoso o comerciante bem-sucedido em sua atividade, também promove a intensificação do orgulho no mercado consumidor, satisfazendo os requisitos básicos para distender esta paixão: a de que o objeto do consumo agradável "esteja não somente estreitamente relacionado, mas também seja peculiar à nós, ou ao menos comum a nós e a algumas poucas pessoas" (HUME, 2000, p. 326), independente de seu valor real, já que "julgamos os objetos mais por comparação com outros do que por seu mérito real e intrínseco" (HUME, 2000, p. 326); e também a de que o objeto prazeroso "deve ser facilmente discernível e evidente, e isso não somente para nós, mas também para os outros" (HUME, 2000, p. 327), daí a frequência do fenômeno da ostentação.

É na complexa malha de desejos emulado tanto pelo comércio quanto pelo estado que a economia tem o seu objeto. Ciente de que só as paixões

determinam a vontade, compreendendo as complexas relações naturais entre as afecções e atento aos demais elementos que estruturam a experiência humana, o "filósofo-economista", misto de conselheiro e chefe de estado, é parte integrante da classe dos pensadores abstrusos, devendo ser capaz de considerar o curso geral das coisas e dos assuntos humanos (cf. HUME, 1980, p. 186). A principal ocupação deste é de, entre uma multiplicidade de circunstâncias nas causas, concorrendo para a produção de um único efeito, extrair dentre estas aquelas que são necessárias para a produção deste, distinguindo-as de outras que estão apenas acidentalmente conjugadas com ele.[7]

Por isso, a economia (como as demais ciências) é parte integrante da ciência geral homem (cf. HUME, 2000, p. 26). Justamente por esta inclusão, tem de estar em condições de superar eventuais problemas que parecem inerentes ao seu próprio sistema, como conflitos entre um mecanismo de regulação de desejos, que seria interno à economia, o comércio, e um externo, o governo.

Um grau de tensão entre ambos os mecanismos é justificada, em certa medida, pelo fato da concepção de comercio na ótica humeana concebê-lo como mecanismo independente, que parece justificar-se e desenvolver-se por si mesmo a partir de estruturas auto-reguladoras, tolerando apenas eventuais intervenções do estado na forma de cobrança de impostos sobre o consumo, o que torna inútil a relação com o governo nos demais complexos processos de trocas (cf. KUNTZ, 1980, p. 170). Já o governo, por possuir apenas um vinculo acidental com o comercio, proporcionaria uma regulação "externa" dos desejos, estando alheio à dinâmica de ajuste efetuado por este. Caberia ao estado, através dos seus mecanismos aparentemente mais coercitivos do que propriamente

[7]"Em quase todas as espécies de causas existe uma complexidade de circunstâncias, algumas das quais são essenciais e outras supérfluas; algumas são absolutamente necessárias à produção do efeito e outras estão apenas acidentalmente conjugadas com ele" (HUME, 2000, p. 181).

reguladores[8], limitar-se a garantir o cumprimento da justiça e das leis relativas à propriedade.

Uma análise superficial do problema poderia limitar a concepção da economia em Hume da seguinte forma: a economia proclamaria a liberdade de autogestão do comercio e, por outro lado, limitaria as ações de regulação das paixões pelo estado a simples contenção dos desejos. Um estado que terminaria, senão impedindo, ao menos retardando o crescimento econômico e imputando seus eventuais fracassos de gestão ao crescimento econômico, efeito da expansão do comercio. Em verdade, a oposição entre dois mecanismos de modulação distintos é um problema que termina mostrando-se mais aparente do que real se analisamos um fator: a função do soberano estabelecida no ensaio sobre o comércio, relacionada diretamente com a inclusão da economia na ciência geral do homem proposta por Hume.

Ao longo dos escritos econômicos, especialmente no segundo parágrafo do ensaio sobre o comércio, o papel do soberano confunde-se com o do filósofo, principalmente no que tange às políticas públicas. A ocupação principal de ambos é "considerar o curso geral das coisas" (HUME, 1980, p. 186). No caso do estado; considerar o bem estar público. Como na filosofia natural, este depende de uma multiplicidade de causas, cabendo então ao soberano extrair entre a variedade de circunstâncias as necessárias à produção de um efeito e excluir as acidentais (cf. HUME, 1980, p. 185).

Ocupados com a promoção do bem público, os chefes de estado, embora impossibilitados de criar desejos, podem ao menos mudar o curso das afecções. Está em seu alcance tentar imprimir a um determinado afeto uma nova direção (cf. DELEULE, 1979, p. 177), influenciar diretamente na intensidade que certa inclinação poderia atingir em algumas circunstâncias – servindo-se da melhor

[8] A preponderância de uma mera coerção no processo de regulação das afecções em detrimento da modulação parece ocorrer em grande parte devido à função do governo estabelecida na seção VII do livro III do **Tratado da natureza humana** – **Da origem do governo** –, diferentemente do que acontece em alguns dos ensaios econômicos, onde a função do governante ganha diferentes contornos.

estratégia para se governar um homem e induzi-lo a praticar uma ação, a de trabalhar suas paixões violentas –, emular uma afecção dominante em certos contextos históricos.

A ocupação do filósofo e dos governantes, estabelecida no ensaio sobre o comércio, é essencial para a resolução do aparente antagonismo entre os dois mecanismos de modulação. O entendimento da dinâmica do comércio, em seu objetivo de intermediário no transporte e trocas da produção industrial e agrícola, só é possível se o filósofo-chefe de estado cumpre sua função: manter a economia no nível de uma ciência rigorosa dos fatos, coadunada com a ciência geral do homem. Ambos, filósofo e chefe de estado, conhecem os princípios regulares determinantes das ações que igualmente operam no campo econômico. Com isso, há grande similaridade entre os objetos da economia com os da ciência do homem, sendo indispensável analisar os fenômenos nesta área também através da "observação cuidadosa da vida humana, tomando-os tais como aparecem no curso habitual do mundo" (HUME, 2000, p. 24).

Assim, o governante seria aquele que, preocupado acima de tudo com o bem estar geral, estimularia o progresso do comércio, deixando o ajuste das afecções promovido por este efetuar-se por si mesmo. Pela sua posição, modificaria eventualmente o curso habitual das inclinações naturais, quer de forma sutil, estabelecendo certos afetos enquanto princípios predominantes de ação e tornando-os inclinações predominantes na alma, quer trabalhando em seus súditos as paixões violentas em vez das calmas, dominando-os "antes por sua inclinação que por aquilo que vulgarmente se chama sua razão" (HUME, 2000, p. 455). Ciente da similaridade entre os princípios que movem a economia e os que determinam as ações, interviria apenas em ocasiões pontuais; atuando diretamente nas questões relativas ao cumprimento da justiça e das leis mantenedoras da propriedade; pois filósofos e chefes de estado são desprovidos do espírito dos pensadores superficiais e devem abandonar o terreno exíguo das

circunstâncias particulares. Por aderirem ao pensamento abstruso, detectam os princípios que ordinariamente devem prevalecer no curso geral das coisas (cf. HUME, 1980, p. 185-6).

Na sociedade refinada, um dos cursos de evolução das coisas é a harmonização entre os diferentes ramos da atividade do corpo produtivo que se desenvolvem de maneira contínua, promovendo tanto a potência do estado quanto à felicidade individual dos súditos, não havendo antinomia entre interesse do estado e interesse do comércio.

Um exemplo de que a sintonia entre as diversas atividades do corpo produtivo é fator essencial para o bem estar do comércio e do estado está no desenvolvimento da agricultura incitado pelo comércio Com a extensão das atividades comerciais os camponeses não produzem mais unicamente para subsistência. Desejosos de consumir manufaturas ofertadas pelos comerciantes adquirem interesse em cultivar adequadamente a terra através do domínio progressivo de técnicas sofisticadas de manejo agrícola, ofertando um excedente de produção que deverá reforçar por sua vez indústria e comércio (cf. DELEULE, 1979, p. 163). Já o estado, em caso de guerra, pode reivindicar os manufatureiros como soldados mantendo-os com o excedente agrícola empregando-os em seus exércitos a fim de "aumentar os domínios do estado no exterior e espalhar-lhe a fama por nações distantes" (cf. HUME, 1980, p.186-7).

Na medida em que é outorgada ao chefe de estado, misto de economista e filósofo, a capacidade de conhecer este e os demais princípios que prevalecem no curso geral das coisas a ciência dos fenômenos econômicos integra-se na ciência geral do homem, já que o exercício sólido do entendimento é condição *sine qua nom* para a possibilidade da ciência da economia.

É por isto que os fundamentos do liberalismo humeano irão diferir do espírito da teoria econômica do mercantilismo, já que este parece ser fruto do

pensamento superficial, estabelecido em seus princípios por indivíduos que deliberam de forma particular e são incapazes de formular raciocínios sutis.

Se o liberalismo econômico de Hume se diferencia, principalmente em relação a concepção mercantilista, uma das suas diferenças mais marcantes é a de ter considerado a economia como ciência moldada à semelhança da ciência do homem; tentando, nas mesmas possibilidades da ciência da moral, dar conta da "inexplicável densidade da natureza humana" e compreender o jogo de forças tão díspares e antagônicas sobre as quais esta repousa.

Enfim, o êxito da concepção liberal de economia em Hume dependera, em grande medida, tanto da capacidade de compreensão do vital mecanismo de regulação das afecções, essencial para a saúde das atividades do corpo produtivo, quanto da inclusão da economia dentro do projeto de edificação da ciência geral do homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELEULE, Didier. *Hume et la naissance du libéralisme économique:* collection Analyse et Raisons. Paris: Aubier Montaigne, 1979

HUME, David. *Tratado da natureza humana***.** Tradução de Déborah Danowsck. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

_____. *Escritos sobre economia***.** Apresentação Rolf Kuntz. Tradução de Sara Albieri. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Economistas).

MONTEIRO, João Paulo. *Teoria, retórica e ideologia***.** São Paulo: Ática, 1975.

ROTWEIN, Eugene. Prefácio. In: HUME, David. *Wrintings on economics*. Madison, Wiscosin: The university of Wiscosin Press, 1970.